



Número: **0800096-75.2019.8.15.0081**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Bananeiras**

Última distribuição : **18/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 8.100,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSEFA SOARES DA SILVA (AUTOR)		RICARDO SERGIO DE ARAGAO RAMALHO FILHO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
19284 248	18/02/2019 16:46	Petição Inicial	Petição Inicial
19284 366	18/02/2019 16:46	01- Ação DPVAT- josefa -- invalidez -	Outros Documentos
19284 950	18/02/2019 16:46	02 -documentos-	Outros Documentos
19284 982	18/02/2019 16:46	03 exames 01	Outros Documentos
19285 028	18/02/2019 16:46	04- exame	Outros Documentos
19285 054	18/02/2019 16:46	05 exame	Outros Documentos
19285 092	18/02/2019 16:46	06- exame	Outros Documentos
19415 826	22/02/2019 15:54	Despacho	Despacho
20341 385	05/04/2019 10:16	Petição	Petição
20341 457	05/04/2019 10:16	pet. juntada-- comprovação justiça gratuita - Josefa	Informações Prestadas
20341 467	05/04/2019 10:16	contra cheque	Outros Documentos
20345 476	05/04/2019 11:21	Informação	Informação
20535 247	12/04/2019 18:17	Despacho	Despacho
20581 115	16/04/2019 08:34	Mandado	Mandado
20581 116	16/04/2019 08:34	Mandado	Mandado

segue em PDF por conter imagens





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA _____
CÍVEL DA COMARCA JOÃO PESSOA -PB

JOSEFA SOARES DA SILVA, brasileira, casada, aposentada, menor púbere, inscrito no CPF sob nº 797.986.14-72, com residente e domiciliada na rua Ascendino Neves, 195, centro, Bananeiras, CEP 58220-000, por **intermédio** de seu advogado e bastante procurador “in fine” assinado, com escritório profissional localizado no endereço constante do rodapé da presente, onde indica para receber as citações e intimações de estilo, assim, vem, mui respeitosamente à honrosa presença de Vossa Excelência propor a presente:

AÇÃO SUMÁRIA DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, CNPJ 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP.: 20031-205; pelas razões que passa a expor:

PRELIMINARMENTE

DO DIREITO AO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

A Requerente declara em sã consciência que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais, as quais chegam ao montante de R\$ 620,10 (seiscentos e vinte reais e dez centavos) sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família, já que o mesmo não possui renda alguma.

Simulação das Custas:





Descontos

☒ Não aplicar desconto ☐ Aplicar desconto geral ☐ Aplicar desconto separadamente

Tarifa Bancária: R\$ 1,35 por parcela

Custas Judiciais 1º Grau:

R\$ 494,10 (10 UFR)

Taxa Judiciária:

R\$ 121,50 (2,45902 UFR)

Despesas Postais:

R\$ 4,50 (0,09107 UFR)

Valor Final:

R\$ 620,10 (12,55009 UFR)

É de ordem pública o princípio da gratuidade da justiça àqueles que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família nos termos da Lei nº 1.060, de 05 de Fevereiro de 1950, nos seus artigos 2º, parágrafo único; 3º e 4º.

Diante do exposto, o benefício da assistência judiciária gratuita, é garantido constitucionalmente, portanto, a Requerente desde já requer este benefício, uma vez que não tem condições econômico-financeiras de arcar com as custas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.

DA DESNECESSIDADE DE AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA

Em consonância com o Art. 319, IV, do Novo Código de Processo Civil Brasileiro, vem à parte Autora manifestar expressamente sua opção pela não realização de audiência de conciliação, tendo em vista a essencialidade da prova pericial para que se possa chegar a qualquer composição na presente lide. Caso seja designado perito para confecção





de laudo conclusivo no ato, não há qualquer oposição por parte do Promovente.

DOS FATOS

No dia 31/06/2018, ocorreu um acidente de trânsito (que ocasionou incapacidade na parte autora, qual seja uma fratura no punho direito e no **punho esquerdo, fratura no pé direito, fratura nos arcos costais e uma pancada forte na cabeça**. Conforme comprovados no teor do Boletim de Ocorrência da Polícia Judiciária Civil, e Laudo Traumatológico, todos em anexos.

Destarte, resta evidente que o valor a que tem direito, tendo em vista que a redução funcional dos membros supra mencionada corresponde **ao valor de 60% do teto, que correspondente a R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais)**, conforme tabela DPVAT abaixo:

Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentual da Perda
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores; Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar; Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão; Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10





Assim, temos:

- 25% referente a fratura do punho esquerdo
- 25% referente a fratura do punho direito
- 10% referente a fratura do pé direito

Destaca-se que a autora havia feito o pedido administrativo junto a seguradora, mas a mesma apenas indenizou a autora no valor de R\$ 297,36 referente as despesas médicas, desconsiderando assim a indenização pelos danos físicos sofridos.

Diante de tal fato, o Suplicante vindo a tomar ciência acerca dos direitos que lhe cabe, vem perante esse juízo, esperando ser devida e completamente indenizado, na forma do Art. 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, com redação dada pela Lei nº 11.482/2007, dispositivo que fixa a referida indenização no valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

OS DOCUMENTOS APRESENTADOS FAZEM PROVAS SUFICIENTES DA INCAPACIDADE DO REQUERENTE, DEVENDO SER RECONHECIDO O DIREITO A INDENIZAÇÃO.

Destaca-se que a Autora já deu entrada no pedido pela via administrativa, enviando todos os documentos requeridos pela parte ré, conforme comprovante anexado. Logo a Seguradora não efetivou o pagamento da indenização referente aos danos físicos sofridos.

Diante de tais fatos e da comprovação da invalidez, a via judicial se faz necessário para que Vossa Excelência determine que a





seguradora pague a indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT no grau a ser apurado em perícia judicial.

DO DIREITO

O art. 3º da lei nº. 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:





Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

PROVA DOCUMENTAL DEVIDAMENTE JUNTADA – DOCUMENTAÇÃO MÉDICA HOSPITALAR E BOLETIM DE Ocorrência – NEXO DE CAUSALIDADE DEVIDAMENTE DEMONSTRADO

O fato foi devidamente comprovado pela parte autora, de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), que diz que:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente” ...

Mediante a entrega dos seguintes documentos:

“registro da ocorrência no órgão policial competente”.

Veja que a lei não diz se o Boletim de Ocorrência deve ser comunicado ou não, exige-se o Boletim de Ocorrência OU Certidão de Ocorrência. É ônus da Seguradora fazer prova de que as informações contidas no Boletim de Ocorrência, ou na Certidão de Ocorrência, não são verdadeiras, se assim por ventura alegar.

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações





expostas no BO. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Veja Excelência, que a parte autora cumpriu o determinado pela nossa legislação, pois junta documentos comprovando suas alegações (BOLETIM DE OCORRÊNCIA, conforme art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), além da documentação médica hospitalar, portanto, meras alegações da seguradora alegando o contrário, não podem ser admitidas.

Não obstante, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso, entende, que a simples prova do acidente e da invalidez permanente, podem ser provados por outros meios de provas, não dependendo exclusivamente de Laudo Pericial ou Boletim de Ocorrência, conforme se vê no recurso de apelação nº 69727/2008, abaixo transcrição da ementa:

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

*RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 69727/2008 - CLASSE II - 21 - APELANTE:
SUL AMÉRICA CIA. NACIONAL DE SEGUROS*

APELADO: JOSÉ RONALDO DA SILVA

Número do Protocolo: 69727/2008

Data de Julgamento: 8-9-2008

EMENTA:

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT - PRELIMINAR DE DESERÇÃO - REJEITADA - ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - AFASTADA - LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL - DISPENSÁVEL - POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO POR OUTROS ELEMENTOS DE PROVA - SINISTRO E INVALIDEZ DE CARÁTER PERMANENTE – COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - SALÁRIO MÍNIMO - ALEGADA IMPOSSIBILIDADE DE VINCULAÇÃO - AFASTADA - PARÂMETRO PARA A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO - POSSIBILIDADE - GRAU





DE INVALIDEZ RESULTANTE DO ACIDENTE DE TRÂNSITO - DESNECESSIDADE - RESOLUÇÕES DO CNSP - PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS LEIS - RECURSO DESPROVIDO. Nos termos do artigo 5º da Lei nº 6.194/74, “o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente”. Demonstrado o nexo causal existente entre o acidente automobilístico e a lesão de caráter permanente na vítima, impõe-se o dever de indenizar. O LAUDO PERICIAL DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL NÃO CONFIGURA DOCUMENTO ESSENCIAL E IMPRESCINDÍVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA, NOTADAMENTE PORQUE A INCAPACIDADE DECORRENTE DO SINISTRO PODE SER AFERIDA POR OUTROS MEIOS DE PROVA.(...).

Portanto, cumpre a parte autora com o determinado por lei e embasado na jurisprudência, para fazer jus ao reconhecimento do direito a indenização, bem como ao recebimento da mesma, o que desde já requer.

DA PROVA PERICIAL

Com o fim de chegar-se a uma justiça processual e, pautada na orientação doutrinária e jurisprudencial, requer, desde já, a aplicação da inversão do ônus da produção da prova pericial, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora promovida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e obter a almejada justiça.

DOS JUROS LEGAIS E CORREÇÃO MONETÁRIA





Excelência, como já é sabido, a Medida Provisória nº 340/2006, alterou o valor para pagamento das indenizações no seguro obrigatório DPVAT, de 40 (quarenta) salários-mínimos, para até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Os documentos apresentados fazem provas suficientes da incapacidade sofrida pela requerente, devendo ser reconhecido o direito a indenização, com juros a partir da citação, e correção monetária a partir da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, ou seja, a partir do dia 29/12/2006, data que os valores foram congelados e a partir daí, nunca mais tiveram reajuste, é medida que se faz urgente, para evitar o enriquecimento sem causa das sociedades seguradoras, em detrimento do contribuinte.

Como a correção monetária tem por finalidade recompor o poder aquisitivo da moeda corroída pela inflação, nada mais justo, portanto, que o início da sua incidência se dê desde a data da entrada em vigor da Medida Provisória que alterou e CONGELOU os valores em até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Veja nobre julgador, que a progressiva deterioração dos valores pagos a título de indenização no seguro DPVAT, é motivo de preocupação, não podendo o judiciário fechar seus olhos para esse particular.

Portanto, requer seja reconhecido o direito a complementação da indenização, e determinado que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com JUROS LEGAIS de 1,0% (um por cento) ao mês, A PARTIR DA CITAÇÃO INICIAL, e CORREÇÃO MONETÁRIA com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em até R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS





O advogado - em consonância com o art. 133 da Constituição Federal, bem como, com o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil - é indispensável à administração da justiça, sendo a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos Juizados Especiais sua atividade privativa, tendo direito assegurado aos honorários convencionados, fixados por arbitramento e os de sucumbência.

O Art. 22 da Lei 8906/94 assim preleciona:

“Art. 22 - A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionais, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.”

Neste diapasão, os honorários de sucumbência são devidos a título de gratificação, pelo motivo da boa atuação do advogado na defesa dos interesses da parte vencedora. Quanto mais o empenho dele tiver nexo com o resultado do processo, há de se convir que maior seja a verba honorária.

Pois bem, percebe-se que o zelo profissional dos patronos desta demanda é satisfatório, uma vez que tentam por todos os meios legais - munidos de direito para respaldar o pleito - a procedência da presente ação de indenização, no fito de aliviar a dor da parte autora, de acordo com a função social do advogado e respeito à ética profissional.

O art. 85 do CPC, assim verbis:





Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

I - o grau de zelo do profissional;

II - o lugar de prestação do serviço;

III - a natureza e a importância da causa;

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

a) O GRAU DE ZELO DO PROFISSIONAL;

Por ter laborado em nome da dignidade da pessoa humana, por rebater a avareza da Seguradora Requerida, de todas as formas em direito admitidas, com muito zelo, modestamente requer-se que a Requerida seja condenado no pagamento de honorários advocatícios.

Diante do exposto, requer seja a Requerida condenada a pagar os honorários advocatícios, no patamar de 20% (vinte por cento).

DO PEDIDO

Ex positis, ao reconhecer que a Indenização do Seguro Obrigatório tem como efeito beneficiar quaisquer vítimas de acidente de





trânsito e não as seguradoras do sistema, o Requerente requer a Vossa Excelência o que segue:

- a) A concessão da justiça gratuita, haja vista a Requerente não tem condições de arcar com as despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Para tanto, fulcra-se no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal e o art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 1.060/50.
- b) Que expedindo-se o competente mandado de citação ao Réu no endereço fornecido pelo autor, para nela comparecer, caso queira, apresentar contestação no prazo legal, sob pena de confissão e revelia;
- c) Requer a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial, caso seja requerido por este Douto Juízo, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e alcançando assim, a almejada justiça;
- d) - Que julgue a presente Ação TOTALMENTE PROCEDENTE, reconhecendo o direito a indenização, e determine que a seguradora pague tal indenização referente ao **SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT no valor de R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais)** nos termos do art. 3º da lei nº. 6.194/74; valor este que deverá ser corrigido e acrescido de juros a partir da citação, e CORREÇÃO MONETÁRIA com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em até R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção);
- e) A condenação da Requerida no pagamento das custas e demais despesas processuais, bem como no pagamento dos honorários advocatícios no importe de 20%.





f) Protesta e requer, ainda, provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas, principalmente pela juntada posterior de outros documentos, pericial, testemunhal, devendo ainda, o Requerido colacionar aos autos os documentos necessários para o desenrolar da questão, por ser de direito e de justiça;

Dá-se à presente causa o valor de **R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais)**, apenas para fins de alçada.

T. em que,

P. e E. Deferimento.

Bananeiras, 18 de fevereiro de 2019.

Ricardo Ramalho Filho

OAB/PB 15.544



PROCURAÇÃO AD JUDICIA
ET EXTRA

OUTORGANTE:

JOSEFA SOARES DA SILVA, brasileiro, casada, aposentada, portadora do RG nº 578771, SSP/PB, inscrito no CPF sob nº 797.986.164-72, residente e domiciliada na Rua Ascendino Neves, 195, Centro, Bananeiras - PB.

OUTORGADO:

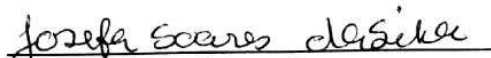
AUGUSTO CARLOS BEZERRA DE ARAGÃO FILHO, brasileiro, casado, advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil seccional Paraíba sob nº 14.670, e **RICARDO SÉRGIO DE ARAGÃO RAMALHO FILHO**, brasileiro, casado, advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil seccional Paraíba sob nº 15.544, ambos com endereço profissional na Rua Floriano Peixoto, 82, Centro, Bananeiras, Paraíba, telefone: 83-93323093/99909298/988851637, email: aragaoeramalho.adv@gmail.com.

PODERES:

Pelo presente instrumento particular de procuração, o outorgante nomeia e constitui seu bastante procurador o outorgado, para o foro em geral, promovendo quaisquer medidas judiciais ou administrativas necessárias à garantia dos direitos e interesses do outorgante, propondo em favor o mesmo as ações que julgar convenientes, defendê-lo nas que porventura por ele lhe sejam propostas, para o que lhe confere os poderes da cláusula ad judicia, podendo ainda seu dito advogado transigir, confessar, desistir, receber e dar quitação e firmar compromisso, bem como substabelecer, com ou sem reserva, podendo, ainda, renunciar aos valores porventura excedente ao teto dos juizados especiais.

O presente instrumento servirá também de contrato de honorários advocatícios, por meio do qual o Outorgante pagará ao Outorgado 30% (trinta por cento) de tudo quantum vier a receber por meio dos serviços prestados, considerando para o cálculo as parcelas vencidas e as doze parcelas vincendas.

Bananeiras, 31 de janeiro de 2019.


Outorgante

Scanned by CamScanner



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

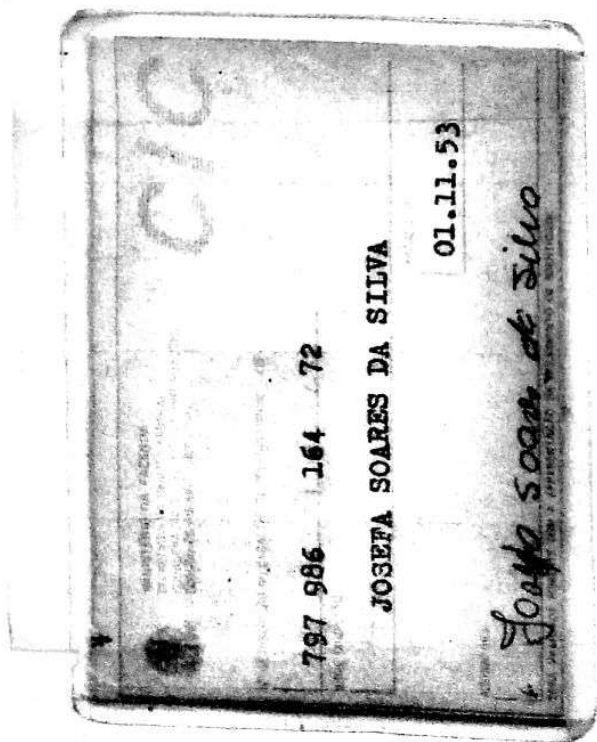
Eu, **JOSEFA SOARES DA SILVA**, brasileira, casada, aposentada, portadora do RG nº 578771, SSP/PB, inscrito no CPF sob nº 797.986.164-72, residente e domiciliada na Rua Ascendino Neves, 195, Centro, Bananeiras - PB, DECLARO, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tenho condições de arcar com as despesas inerentes ao presente processo, sem prejuízo do meu sustento e de minha família, necessitando, portanto, da **Gratuidade da Justiça**, nos termos do art. 98 e seguintes da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil). Requeiro, ainda, que o benefício abranja a todos os atos do processo.

Bananeiras, 31 de janeiro de 2019.

Josefa Soares da Silva
JOSEFA SOARES DA SILVA

Scanned by CamScanner





Scanned by CamScanner





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	578.771 - 2 VIA	DATA DE EXPEDIÇÃO	28/07/2008
NOME	JOSEFA SOARES DA SILVA		
FILIAÇÃO	JOÃO LÁZARO DA SILVA MARIA MIGUEL DA SILVA		
NATURALIDADE	BANANEIRAS-PB		
DATA DE NASCIMENTO	01/11/1953		
DOC ORIGEM	CASAM N.197 FLS.152 LIV.B 01		
CARTORIO DE BANANEIRAS PB	797.986.164-72		
ASSINATURA DO DIRETOR	797.986.164-72		

PSF 8
306225

Scanned by CamScanner



JOSE SOARES DA SILVA
RUA ASCENDINO NEVES, 195 - CENTRO
BANANEIRAS, PB CEP 56220000 (A3 44)

Emissão: 15/08/2018 Referência: Ago/2018

Classe/Subcl: RESIDENCIAL/RESIDENCIAL MONOFÁSICO R-230, Km 35 - Crato Redutor: João Pessoa/PB - CEP 58071-080
Pósto: 7-42-255-8780 Nº medidor: 0000434787



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
CNPJ: 08.095.163/0001-40 Inscrição: 16.016.923-0

Nota Fiscal: 1 Contador: Engeleletrica N° 010 928 217
Cód. para Débito Automático: 00001739178

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0100 Assessoria: www.energisa.com.br

Conta referente a: Apresentação: Data prevista da próxima leitura: CNPJ ENERGISA
Ago / 2018 15/08/2018 13/09/2018 373.716.904-78

UC (Unidade Consumidora): 5/173917-6

Canal de contato

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias	
Data	Leitura	Data	Leitura				
18/07/18	8146	15/08/18	8287	1	119	30	
Demonstrativo							
Cd	Descrição	Quantidade	Tarifa/Valor Base Calc.	Alin.	Tarifa(R\$)	Base Calc. Pto.(R\$)	Colim.(R\$)
			Tributos Total(R\$)	ICMS(R\$)	ICMS	Pct.Calculo(R\$)	(1,0845%) (1,0845%)
0001	Consumo em kWh	119,000	0,739080	87,85	57,35	27	23,74
0001	Adic. B.Vermelha			8,88	8,88	27	2,40
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS							
0007	CONTRIBUIÇÃO ILM PÚBLICA			8,00	0,00	0	0,00
0001	DOAÇÃO HOSPITAL NAPOLEÃO LAUREANO 06/2018			1,00	0,00	0	0,00
0002	BEM SEGURO - ACE / ASSURANT 08/2018			8,82	0,00	0	0,00

CC: Código de Classificação do Item TOTAL 113,66 98,84 26,14 98,84 1,05 4,93

Médias últimos meses (kWh) 135
VENCIMENTO 07/09/2018
TOTAL A PAGAR R\$ 113,66

Histórico de Consumo (kWh)
127 | 144 | 129 | 132 | 133 | 134 | 130 | 154 | 139 | 134 | 126 | 135
Ago/17 Set/17 Out/17 Nov/17 Dez/17 Jan/18 Fev/18 Mar/18 Abr/18 Mai/18 Jun/18 Jul/18

RESERVADO AO FISCO
ca9f.97ed.b15c.7df5.9e91.63ca.b767.1a12.

Indicadores de Qualidade 9/2018 - BANANEIRAS			
Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	
DIG MENSAL	8,03		
DIG TRIMESTRAL	12,08		
DIG ANUAL	24,12		
FIC MENSAL	3,30		
FIC TRIMESTRAL	8,72		
FIC ANUAL	19,45		
DMIC	3,64		
DICRI	12,22		
	0,00	NOMINAL	220
	0,00	CONTRATADA	202
	0,00	LIMITE INFERIOR	231
	0,00	LIMITE SUPERIOR	231

Composição do Consumo		
Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia/PD	22,54	19,83
Compra de Energia	32,58	28,67
Serviços de Transmissão	3,45	3,04
Encargos Salários	8,24	5,48
Impostos Diretos e Encargos	41,02	36,08
Outros Serviços	7,82	6,88
Total	113,66	100,00

Valor de EUSD (Ref 6/2016) R\$ 20,79

ATENÇÃO
Contato Serviço BEM SEGURO - ACE / ASSURANT. ()
Contato Serviço HOEP NAPOLEÃO LAUREANO - (83) 3500-8771
- O cancelamento da cobrança de convênio e a emissão da fatura sem estas cobranças poderão ser solicitados a qualquer momento na distribuidora.

Pagamentos em atraso



BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL

Livro nº 001/2018

Ocorrência nº. 272/2018

Aos VINTE E QUATRO dias de SETEMBRO de DOIS MIL E DEZOITO, nesta cidade de BANANEIRAS/PB, na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do(a) Dr(a). **FRANCISCO DEUSDEDIT LEITÃO FILHO**, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo, escrevã(o) ad hoc, aí, por volta 11h:22min, **compareceu a PESSOA a seguir qualificada:**

NOEDSON SOARES DA SILVA, conhecido(a) por **NOEDSON**, Identidade nº 3249255-SSDS/PB, CPF nº 085.286.824-39, nacionalidade brasileira, estado civil: solteiro, profissão: mototaxista, filho(a) de José Soares Da Silva E De Josefa Soares Da Silva, natural de Bananeiras/PB, nascido(a) em 30/07/1986 (32 anos de idade), do sexo masculino, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Ascendino Neves, 195, Centro, tendo como ponto de referência: próximo à Assembléia de Deus, na cidade de BANANEIRAS/PB, fone(s) para contato: (83) 99331-2998.

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu a esta Delegacia de Polícia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme a seguir enumerado:

- 1) **Natureza do fato:** ACIDENTE DE TRÂNSITO;
- 2) **Data do Fato:** 31 de julho de 2018;
- 3) **Horário do fato:** 13h:30min;
- 4) **Local do fato:** Rodovia PB 105, cidade de Bananeiras-PB, próximo à Rádio Integração;
- 5) **Unidade(s) de Saúde para a(s) qual(is) o(a) acidentado(a) foi encaminhado(a):** HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMAS DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES;
- 6) **O comunicante/vítima conduzia o veículo?** NÃO;

7) Descrição do(s) veículo(s) envolvido(s) no acidente:

Uma motocicleta HONDA/CG 125 TITAN, ano 1996/1997, de cor verde, placa MNB-9799/PB.

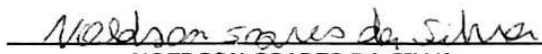
8) Testemunha(s) do fato/acidente:

- 1 - **EZEQUIEL PEREIRA DE LIMA**, residente a Rua Ascendino Neves, 198, centro de Bananeiras-PB.
- 2 - **MARIA BERNADETE PEREIRA DE LIMA**, residente a Rua Professor Francisco Pinto, S/N, centro de Solânea-PB, próximo à Estima Serigrafia.

9) Breve resumo do fato:

Notícia que sua genitora, a senhora **JOSEFA SOARES DA SILVA**, RG 578771 - SSDS/PB, CPF 797.986.164-72, nascida em 01/11/1953, natural de Bananeiras-PB, filha de João Lázaro da Silva e de Maria Miguel da Silva, foi vítima de atropelamento, provocada pela motocicleta acima identificada; QUE sua genitora sofreu fraturas nos pulsos, costelas, dedo do pé direito, além de escoriações; QUE a motocicleta era conduzida pela pessoa de **JOSÉ BEZERRA DE FONTES**, o qual reside próximo à quadra do DER, centro de Solânea, próximo à Chico das Motos; QUE **JOSÉ BEZERRA** foi embora do local sem prestar socorro; QUE não sabe informar se ele é habilitado; QUE a genitora do noticiante foi submetida a procedimento cirúrgico.

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrevã(o) que digitei.


NOEDSON SOARES DA SILVA
Comunicante

Escrivã(o)/Agente
Matrícula nº 179.451-5





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 14 de Dezembro de 2018

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3180492419

Vítima: JOSEFA SOARES DA SILVA

Data do Acidente: 31/07/2018

Cobertura: DAMS

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), JOSEFA SOARES DA SILVA

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Recebedor: JOSEFA SOARES DA SILVA

Valor: R\$ 297,36

Banco: 104

Agência: 000000038

Conta: 00000782-5

Tipo: CONTA CORRENTE

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Scanned by CamScanner



GOVERNO
DA PARAÍBA

ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SAÚDE
HOSPITAL DISTRITAL DE SOLÂNEA
CNPJ: 08.778.268/0010-51

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que JOSEFA SOARES DA SILVA, deu entrada nesta Unidade de Saúde no dia 31/07/2018 às 13:50, vítima de acidente de moto, conforme consta em nosso registro de atendimento ambulatorial de Nº 31026. CID: T07

Dra. Rosalba Fernandes da Silva

CRM-3067
CNS 206790120300007




Solânea- PB, 28 de Setembro de 2018

Rua Prof. Alaíde Silva, nº 131 – Centro – Solânea -PB. – CEP. 58.225-000
Fone/Fax: (0**83) 3363-2257 - Email: hesolanea@hotmail.com

Scanned by CamScanner



NOTA DE SALA - CIRURGIA GERAL

PACIENTE:		Forte Santos de Sive - ou 01/11/1953				 GOVERNO DA PARAÍBA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes
QI	LEITE	CONVÊNIO	IDADE	REGISTRO		
	Sle 03	SUS	64	1703937		
CIRURGIA		CIRURGIÃO				
ANESTESIA		ANESTESIA				
INSTRUMENTADORA		FIM				
DATA		INÍCIO				
31/07/18		20:50				
22:10						
Qtd.	MODIFICAÇÕES ANESTÉSICAS		Bolsa Colostoma	Qtd.	FIOS	CÓDIGO
	Adrenalina amp.		Calel. p/ Óxg.		Catgut cromado Sertix	
	Atropina amp.		Catet. De Urinar Sist. Fech.		Catgut cromado Sertix	
	Diazepam amp.		Compressa Grande		Catgut cromado Sertix	
	Dimore amp.		Compressa Pequena		Catgut Simples	
	Dolantina amp.		Cotonoide		Catgut Simples Sertix	
	Efrane ml		Dreno		Catgut Simples Sertix	
	Fenegan amp.		Dreno Kerr nº		Catgut Simples Sertix	
02	Fentanil ml		Dreno Penrose nº		Cera p/ osso	
02	Ketalar ml		Dreno Pezzer nº		Ethibond	
	Ketalar ml		Equipo de Macrogotas		Ethibond	
	Mercaína % ml		Equipo de Macrogotas		Ethibond	
	Nubahin amp.		Equipo de Sangue		Fio de Algodrão Sertix	
	Pavulon amp.		Equipo de PVC		Fio de Algodrão Sertix	
	Protigmine amp.		Espadrado Larco cm		Fio de Algodrão Sutupak	
02	Protóxido / ml		Furacim ml		Fio de Algodrão Sutupak	
	Quelicin ml		Gase Pacote c/ 10 unidades		Fila cardiaca	
	Rapifen amp.		H ₂ O ₂ ml	04	Mononylon 2.0	
	Thionembutal ml		Intracath Adulto		Mononylon	
	Tracrium amp.		Intracath Infantil		Prolene Sertix	
Qtd.	MEDICAÇÕES		Lâmina de Bisturi nº 23		Prolene Sertix	
	Água Destilada amp.		Lâmina de Bisturi nº 11		Prolene Sertix	
	Decadron amp.		Lâmina de Bisturi nº 15		Prolene Sertix	
02	Dipirona amp.		Luvas 7.0		Vicryl Sertix	
	Flaxidól amp.		Luvas 7.5		Vicryl Sertix	
	Flebocortid amp.		Luvas 8.0		Vicryl Sertix	
	Geramicina amp.		Luvas 8.5			
	Glicose amp.		Oxigênio l/m			
	Glucon de Cálcio amp.		Poliflix			
	Haemacel ml.		PVPI Degemante ml			
	Heparema ml.		PVPI Tópico ml.	Qtd.	SOROS	
	Kanakion amp.		Sabão Antisséptico 70%		SG Normotérmico fr 500 ml	
	Lasix amp.		Saco coletor		SG Gelado fr 500 ml	
	Medrotrinazol.		Seringa desc. 10 ml		SG Hipertérmico fr 500 ml	
	Plasil amp.		Seringa desc. 20 ml		SG Ringr fr 500 ml	
	Prolamina		Seringa desc. 05 ml		SG fr 500 ml	
	Revivan amp.		Sonda			
	Stuplanon amp.		Sonda folley	Qtd.	ORTESE E PRÓTESE	
	Cefalotina 1g		Sonda Nasogátrica	04	04 fios de sutura n° 2 (04)	
	01 flet p. amp		Sonda Uretral nº	02	02 fios de sutura n° 1	
			Sterydrem ml			
			Torneirinha			
Qtd.	MATERIAIS / SOLUÇÕES		Vaselina ml			
	Aguilha desc. 25 x 7		Gelcon 18			
	Aguilha desc. 28 x 28		Latese			
	Aguilha desc. 3 x 4,5					
	Aguilha p/ raque nº					
30	Álcool de Enfermagem 70%					
	Álcool Iodado ml					
06	Ataduras de Crepon 15					
	Ataduras de Gessada					
	Azul metileno amp.					
	Benzina ml					
				EQUIPAMENTOS () Oxímetro de Pulso () Foco Auxiliar () Serra () Eletrocautério () Desfibrilador () Oxícapiógrafo () Foco Frontal () Cardiomonitor () Fonte de Luz () Perfurador Elétrico		
				CIRCULANTE RESPONSÁVEL Adriana Maria Fortugato Técnica de enfermagem CO-001-233105		

MOD 066



NOME: JOSEFA SOARES DA SILVA
DATA: 03/08/2018

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TÓRAX

INDICAÇÃO: Politrauma.

TÉCNICA: Os cortes tomográficos computadorizados do tórax foram obtidos com a infusão endovenosa de contraste iodado hidrossolúvel.

ANÁLISE:

Fraturas envolvendo terceiro, quarto, quinto, sexto, sétimo e oitavo arcos costais à esquerda.

Leve desrame pleural bilateral, maior à esquerda, observando-se atelectasia compressiva dos segmentos basais pulmonares adjacentes.

Sinais de espondilose dorsal leve.

Demais aspectos dos parênquimas sem alterações significativas ao método.

As estruturas vasculares mediastinais apresentam disposição e calibre anatômicos.

Ausência de linfonodomegalias ou lesões expansivas o compartimento mediastinal.

Traquéia centrada com calibre preservado. Carina e brônquios principais sem alterações.

Hilos pulmonares anatômicos.

Arthur José Ventura

M/PB: 6481

Dra. Miriam Albino

CRM/PB 6435

Dra. Marcella Farias

CRM/PB 6550

Dr. Rafael Borges

CRM/PB: 6485

Dr. Ramoniê Miranda

CRM/PB: 8220

Dr. Roberto Maia

CRM/PB: 6101



NÚMERO DO PROCESSO: 0800096-75.2019.8.15.0081 - **CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM (7)
- **ASSUNTO(S):** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

PARTES: JOSEFA SOARES DA SILVA X SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Nome: JOSEFA SOARES DA SILVA

Endereço: Ascendino Neves, 195, centro, BANANEIRAS - PB - CEP: 58220-000

Advogado do(a) AUTOR: RICARDO SERGIO DE ARAGAO RAMALHO FILHO - PB15544

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Endereço: R SENADOR DANTAS, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

Advogado do(a) RÉU:

VALOR DA CAUSA: R\$ 8.100,00

DESPACHO.

O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

Conforme entendimento sedimentado do STJ, *"a afirmação de pobreza, para fins de obtenção da gratuidade de justiça, goza de presunção relativa de veracidade. Por isso, por ocasião da análise do pedido, o magistrado deverá investigar a real condição econômico-financeira do requerente, devendo, em caso de indício de haver suficiência de recursos para fazer frente às despesas, determinar seja demonstrada a hipossuficiência"*.

No caso, há elementos suficientes para afastar a presunção, em especial, natureza e objeto discutidos.

Ademais, requer a gratuidade, sem sequer informar o valor das custas, as quais requer a dispensa de pagamento, em outras palavras, o próprio autor não sabe se tem ou não capacidade de pagamento delas.

Nos termos da Portaria Conjunta 02/2018 da Presidência e Corregedoria de Justiça da Paraíba, *"a parte deverá apresentar junto com a petição inicial a guia de custas, ainda que haja o requerimento de gratuidade processual, salvo nos casos de processos com isenção legal de custas"*. (art. 1º, §3º)

Por outro lado, o Juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

Assim, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo.



Por sua vez, além do Código de Processo Civil, a Portaria Conjunta 02/2018 da Presidência e Corregedoria de Justiça da Paraíba, ao regulamentar a matéria, possibilitou ao magistrado conceder a redução e/ou parcelamento das despesas processuais que a parte tiver que adiantar no curso do procedimento. O que significa dizer que, em regra, deverá a parte pagar com custas, ainda que reduzidas e/ou parceladas.

Portanto, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, INTIME-SE a parte requerente para, em 10 (dez) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício, documentos capazes de comprovar a hipossuficiência. **Em especial, juntar(em) a GUIA DE CUSTAS as quais requer(em) a gratuidade.**

A parte poderá, ainda, no mesmo prazo, recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de indeferimento do pedido de gratuidade da justiça e multa de 10 vezes o valor das custas judiciais, devidos a partir do trânsito, nos termos previstos na LAJ, art. 4º, §1º, inscrita em dívida ativa, além da extinção do processo sem resolução de mérito.

Nos termos do CPC:

- A concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência;
- Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade;
- A concessão de gratuidade não afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas;
- A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.
- Conforme o caso, o juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento;
- O direito à gratuidade da justiça é pessoal, não se estendendo a litisconsorte ou a sucessor do beneficiário, salvo requerimento e deferimento expressos.

BANANEIRAS, Sexta-feira, 22 de Fevereiro de 2019, 15:52:00 h.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Jailson Shizue Suassuna

Magistrado



segue em PDF



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO VARA ÚNICA DA COMARCA DE BANANEIRAS – PB

A Sra. **JOSEFA SOARES DA SILVA**, já qualificada nos autos, vem a em atenção ao despacho proferido, esclarecer que não tem condições de arcar com custas processuais, pois não possui renda suficiente para arcar com suas despesas mensais e com as custas processuais .

Esclarece que a autora é aposentada e possui uma renda mensal é de apenas R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais) e ainda possui uma parcela de R\$ 236,40 (duzentos e trinta e seis reais e quarenta centavos) de empréstimo consignado, **restando apenas o valor de R\$ 761,60 (setecentos e sessenta e um reais e sessenta centavos)** É justamente esse valor que a autora dispõem para pagar suas despesas do dia a dia.

Quando se soma os valores de despesas fixas, tais como contas de Energia, cartão de crédito, Plano de Saúde, remédios , compromete praticamente a renda total da mesma. **Dessa forma não há condições financeira para arcar com as custas processuais gira em torno de R\$ 620,10 (seiscentos e vinte reais e dez centavos) sem que haja prejuízo para seu sustento.**

Esclarece ainda que na petição inicial consta a simulação a qual é reafirmada a abaixo:

Descontos		
<input checked="" type="radio"/> Não aplicar desconto <input type="radio"/> Aplicar desconto geral <input type="radio"/> Aplicar desconto separadamente Tarifa Bancária: R\$ 1,35 por parcela		
Custas Judiciais 1º Grau: R\$ 494,10 (10 UFR)	Taxa Judiciária: R\$ 121,50 (2,45902 UFR)	Despesas Postais: R\$ 4,50 (0,09107 UFR)
Valor Final: R\$ 620,10 (12,55009 UFR)		



Assim, pelos fatos narrados, requer que seja concedida da Justiça Gratuita, em favor da Sra. **JOSEFA SOARES DA SILVA** e em seguida que seja dado prosseguimento ao feito. Caso ultrapassado tal pleito que este douto juízo conceda a redução das custas e que as mesas seja recolhidas ao final do processo, levando em consideração a situação atual da autora.

Nesses termos,

Pede deferimento.

Bananeiras, 04 de abril de 2019.

RICARDO RAMALHO FILHO
15.544 OAB/PB



INSTITUTO BANANEIRENSE DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL									
CEL ANTONIO PESSOA 370 CENTRO BANANEIRAS PB 58220-000									
Fone: (83) 3367-1129 Fax: (83) 3367-1129									
02.585.539/0001-85									
DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO									
Secretaria									
APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO									
Lotação					Unidade de Trabalho				
APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO									
Matrícula		Nome			Competência				
0000956		JOSEFA SOARES DA SILVA			Março de 2019				
Cargo				Data de Admissão		Tipo de Contrato			
APOSENTADO (A)				03/11/2014		APOSENTADO			
Função			Classificação Funcional			Nível		Dados Bancários	
								Banco Agência Conta Corrente	
								104 0038-8 00000782-5	
Tm Serv (Dias)		Tm Serv Ext. (Dias)		Local de Origem		Portaria de Origem		Portaria de Admissão	
1808		000000							
CPF		PIS/PASEP		RG		Data de Nascimento		CRO	
797.986.164-72		1.703.368.415-9		578771 SSP PB		01/11/1953		231210	
Código	Descrição			Ref.	Parc.	Prazo	Vantagens	Descontos	
001	PROVENTOS						998,00		
539	EMPRESTIMO CEF				037	096		236,40	
Total de Vantagens				Total de Descontos			Líquido		
998,00				236,40			761,60		
Mensagem									



vide ID 20341457



NÚMERO DO PROCESSO: 0800096-75.2019.8.15.0081 - **CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM (7) - **ASSUNTO(S):**
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

PARTES: JOSEFA SOARES DA SILVA X SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Nome: JOSEFA SOARES DA SILVA

Endereço: Ascendino Neves, 195, centro, BANANEIRAS - PB - CEP: 58220-000

Advogado do(a) AUTOR: RICARDO SERGIO DE ARAGAO RAMALHO FILHO - PB15544

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Endereço: R SENADOR DANTAS, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

Advogado do(a) RÉU:

VALOR DA CAUSA: R\$ 8.100,00

DESPACHO.

Ante a presunção de veracidade da alegação de insuficiência deduzida por pessoa natural, nos termos do CPC, art. 99, defiro a gratuidade da justiça em relação a todos os atos processuais. Observe a parte que o benefício não abrange a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários de advogado decorrentes de sua sucumbência (CPC15, art. 98, §2º), ficando suspensa a exigibilidade dos valores por 5 anos contados do trânsito, nem o dever de pagar multa processual eventualmente imposta por procrastinação ou litigância de má-fé.

A petição inicial está em termos do art. 319/320 do CPC15, não havendo defeitos ou irregularidades capazes de dificultar o julgamento do mérito, preenchendo seus requisitos essenciais, pelo que, recebo a inicial.

Analisando a inicial e documentos juntados, denoto que não é caso de improcedência liminar do pedido, nos termos do art. 332 do CPC15, por não contrariar entendimento firmado em IRDR, súmula do STF, STJ ou ainda do TJPB, nem ocorrência de decadência ou prescrição, a princípio.

Considerando que a produção antecipada da prova será admitida nos casos em que a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito, nos termos do art. 381, II do CPC e, Conforme Recomendação do CNJ, aprovada em 15/12/2015, nos termos do Ato Normativo 0001607-53.2015.2.00.000, desde já determino a realização da perícia requerida pela parte autora por depender de conhecimento especial e técnico de maior complexidade.

Por depender de conhecimento especial e técnico de maior complexidade, defiro a perícia requerida pelo autor.

JOSEFA SOARES DA SILVA é beneficiária da assistência judiciária gratuita. Assim sendo, nos termos do Convênio 015/2014, os honorários periciais devem ser custeados pela SEGURADORA LÍDER.

Nomeio como perita médica a Dra. Rosana Bezerra Duarte de Paiva, já que devidamente cadastrada no Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJPB. Comunique-se pelo telefone (98765-6296/99122-3359) por ela disponibilizado.

Designo o dia 17 de junho 2019 pelas 08h (ordem de chegada), no Fórum desta Comarca, para realização da perícia e entrega do laudo, intimando-se as partes, a autora pessoalmente, e a perita designada, dando-as ciência de que a perícia poderá ser acompanhada por assistentes técnicos.

Fixo os honorários periciais em R\$200,00 (duzentos reais), de acordo com o Convênio citado.

Intime-se a Seguradora para efetuar o pagamento em 15 (quinze) dias a contar da intimação, devendo providenciar a comprovação de pagamento das perícias realizadas nos autos.

Poderão as partes, dentro de 15 (quinze) dias contados da intimação do despacho de nomeação do perito: I - arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso; II - indicar assistente técnico; III - apresentar quesitos.

Procedam-se com os expedientes necessários à feitura do exame pericial.

O presente despacho servirá como mandado de CITAÇÃO para SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A integrar a relação jurídica e INTIMAÇÃO, para todos os atos aqui determinados.

Cumpra-se.

BANANEIRAS, Sexta-feira, 12 de Abril de 2019, 18:12:01 h.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Jailson Shizue Suassuna

Magistrado

NÚMERO DO PROCESSO: 0800096-75.2019.8.15.0081 - **CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM (7) - **ASSUNTO(S):**
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

PARTES: JOSEFA SOARES DA SILVA X SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Nome: JOSEFA SOARES DA SILVA

Endereço: Ascendino Neves, 195, centro, BANANEIRAS - PB - CEP: 58220-000

Advogado do(a) AUTOR: RICARDO SERGIO DE ARAGAO RAMALHO FILHO - PB15544

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Endereço: R SENADOR DANTAS, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

Advogado do(a) RÉU:

VALOR DA CAUSA: R\$ 8.100,00

DESPACHO.

Ante a presunção de veracidade da alegação de insuficiência deduzida por pessoa natural, nos termos do CPC, art. 99, defiro a gratuidade da justiça em relação a todos os atos processuais. Observe a parte que o benefício não abrange a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários de advogado decorrentes de sua sucumbência (CPC15, art. 98, §2º), ficando suspensa a exigibilidade dos valores por 5 anos contados do trânsito, nem o dever de pagar multa processual eventualmente imposta por procrastinação ou litigância de má-fé.

A petição inicial está em termos do art. 319/320 do CPC15, não havendo defeitos ou irregularidades capazes de dificultar o julgamento do mérito, preenchendo seus requisitos essenciais, pelo que, recebo a inicial.

Analizando a inicial e documentos juntados, denoto que não é caso de improcedência liminar do pedido, nos termos do art. 332 do CPC15, por não contrariar entendimento firmado em IRDR, súmula do STF, STJ ou ainda do TJPB, nem ocorrência de decadência ou prescrição, a princípio.

Considerando que a produção antecipada da prova será admitida nos casos em que a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito, nos termos do art. 381, II do CPC e, Conforme Recomendação do CNJ, aprovada em 15/12/2015, nos termos do Ato Normativo 0001607-53.2015.2.00.000, desde já determino a realização da perícia requerida pela parte autora por depender de conhecimento especial e técnico de maior complexidade.

Por depender de conhecimento especial e técnico de maior complexidade, defiro a perícia requerida pelo autor.

JOSEFA SOARES DA SILVA é beneficiária da assistência judiciária gratuita. Assim sendo, nos termos do Convênio 015/2014, os honorários periciais devem ser custeados pela SEGURADORA LÍDER.

Nomeio como perita médica a Dra. Rosana Bezerra Duarte de Paiva, já que devidamente cadastrada no Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJPB. Comunique-se pelo telefone (98765-6296/99122-3359) por ela disponibilizado.

Designo o dia 17 de junho 2019 pelas 08h (ordem de chegada), no Fórum desta Comarca, para realização da perícia e entrega do laudo, intimando-se as partes, a autora pessoalmente, e a perita designada, dando-as ciência de que a perícia poderá ser acompanhada por assistentes técnicos.

Fixo os honorários periciais em R\$200,00 (duzentos reais), de acordo com o Convênio citado.

Intime-se a Seguradora para efetuar o pagamento em 15 (quinze) dias a contar da intimação, devendo providenciar a comprovação de pagamento das perícias realizadas nos autos.

Poderão as partes, dentro de 15 (quinze) dias contados da intimação do despacho de nomeação do perito: I - arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso; II - indicar assistente técnico; III - apresentar quesitos.

Procedam-se com os expedientes necessários à feitura do exame pericial.

O presente despacho servirá como mandado de CITAÇÃO para SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A integrar a relação jurídica e INTIMAÇÃO, para todos os atos aqui determinados.

Cumpra-se.

BANANEIRAS, Sexta-feira, 12 de Abril de 2019, 18:12:01 h.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Jailson Shizue Suassuna

Magistrado

NÚMERO DO PROCESSO: 0800096-75.2019.8.15.0081 - **CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM (7) - **ASSUNTO(S):**
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

PARTES: JOSEFA SOARES DA SILVA X SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Nome: JOSEFA SOARES DA SILVA

Endereço: Ascendino Neves, 195, centro, BANANEIRAS - PB - CEP: 58220-000

Advogado do(a) AUTOR: RICARDO SERGIO DE ARAGAO RAMALHO FILHO - PB15544

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Endereço: R SENADOR DANTAS, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

Advogado do(a) RÉU:

VALOR DA CAUSA: R\$ 8.100,00

DESPACHO.

Ante a presunção de veracidade da alegação de insuficiência deduzida por pessoa natural, nos termos do CPC, art. 99, defiro a gratuidade da justiça em relação a todos os atos processuais. Observe a parte que o benefício não abrange a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários de advogado decorrentes de sua sucumbência (CPC15, art. 98, §2º), ficando suspensa a exigibilidade dos valores por 5 anos contados do trânsito, nem o dever de pagar multa processual eventualmente imposta por procrastinação ou litigância de má-fé.

A petição inicial está em termos do art. 319/320 do CPC15, não havendo defeitos ou irregularidades capazes de dificultar o julgamento do mérito, preenchendo seus requisitos essenciais, pelo que, recebo a inicial.

Analisando a inicial e documentos juntados, denoto que não é caso de improcedência liminar do pedido, nos termos do art. 332 do CPC15, por não contrariar entendimento firmado em IRDR, súmula do STF, STJ ou ainda do TJPB, nem ocorrência de decadência ou prescrição, a princípio.

Considerando que a produção antecipada da prova será admitida nos casos em que a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito, nos termos do art. 381, II do CPC e, Conforme Recomendação do CNJ, aprovada em 15/12/2015, nos termos do Ato Normativo 0001607-53.2015.2.00.000, desde já determino a realização da perícia requerida pela parte autora por depender de conhecimento especial e técnico de maior complexidade.

Por depender de conhecimento especial e técnico de maior complexidade, defiro a perícia requerida pelo autor.

JOSEFA SOARES DA SILVA é beneficiária da assistência judiciária gratuita. Assim sendo, nos termos do Convênio 015/2014, os honorários periciais devem ser custeados pela SEGURADORA LÍDER.

Nomeio como perita médica a Dra. Rosana Bezerra Duarte de Paiva, já que devidamente cadastrada no Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJPB. Comunique-se pelo telefone (98765-6296/99122-3359) por ela disponibilizado.

Designo o dia 17 de junho 2019 pelas 08h (ordem de chegada), no Fórum desta Comarca, para realização da perícia e entrega do laudo, intimando-se as partes, a autora pessoalmente, e a perita designada, dando-as ciência de que a perícia poderá ser acompanhada por assistentes técnicos.

Fixo os honorários periciais em R\$200,00 (duzentos reais), de acordo com o Convênio citado.

Intime-se a Seguradora para efetuar o pagamento em 15 (quinze) dias a contar da intimação, devendo providenciar a comprovação de pagamento das perícias realizadas nos autos.

Poderão as partes, dentro de 15 (quinze) dias contados da intimação do despacho de nomeação do perito: I - arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso; II - indicar assistente técnico; III - apresentar quesitos.

Procedam-se com os expedientes necessários à feitura do exame pericial.

O presente despacho servirá como mandado de CITAÇÃO para SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A integrar a relação jurídica e INTIMAÇÃO, para todos os atos aqui determinados.

Cumpra-se.

BANANEIRAS, Sexta-feira, 12 de Abril de 2019, 18:12:01 h.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Jailson Shizue Suassuna

Magistrado